

“Proposta de empresário gaúcho é triste”

Arquivo



Galvães considerou as sugestões repetitivas, inconsequentes e de economia “iniciante”

Se não fosse triste, o Ministro da Fazenda, Ernane Galvães, disse que teria achado muita graça nas críticas e “sugestões” feitas por César Rogério Valente, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, em entrevista exclusiva ao Jornal de Brasília, publicada no último domingo.

As observações de César Rogério Valente podem ser resumidas em três pontos: 1) a negociação política da dívida externa brasileira, “criando, consequentemente um alívio interno neste País que permita uma retomada do desenvolvimento”; 2) “uma irrigação de capital de giro em níveis compatíveis, tirando-se o Estado do mercado aberto”; 3) imprescindibilidade do saneamento dos déficits estatais.

No que tange à dívida externa, disse o Ministro Ernane Galvães que as observações do presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul são simplesmente repetitivas, “acompanhando o coro de pseudo-entendidos que propugnam por uma negociação política da dívida externa, como se isso já não estivesse implícito em todas as negociações que têm sido realizadas pelo Governo brasileiro”.

— Por outro lado, continuou Galvães — imaginar que uma negociação desta natureza “criaria, consequentemente, um alívio interno no país e a retomada do desenvolvimento” é coisa de principiante, sem qualquer experiência nessas negociações.

Já no que concerne a uma proposta de “irrigação de capital de giro a níveis compatíveis para ocupar a capacidade ociosa do parque produtivo deste país”, considera o Ministro da Fazenda ser “uma proposta inconsequente, de quem não tem compromissos com a realidade, pois qualquer estudante de economia sabe que a falta de capital de giro, numa situação altamente inflacionária, decorre fundamentalmente da falta de poupança e não é “irrigando capital de giro” que se conserta a situação”.

“Buracos”

Em terceiro lugar, César Rogério Valente alega que os impostos que os brasileiros estão pagando são mais do que suficientes para cobrir os “buracos” das empresas estatais, e por isso, advoga a retirada do Estado do mercado aberto. Assim, concluiu o Sr. Valente na entrevista publicada no domingo pelo JBr, que “é necessário equacionar o déficit público mediante o equacionamento do déficit das estatais, que representa o seu maior ônus”. Até aí, disse Galvães, “morreu o Neves e falou o Conselheiro Acácio”. Para o Ministro da Fazenda, “para quem está de fora é muito fácil fazer esse tipo de sugestões”.

Finalmente, disse o Ministro Galvães, é preciso acabar com esse empulhamento da opinião pública, repetindo-se, inconscientemente, que “a recessão econômica no Brasil é o resultado da intransigência da área econômica do Governo em não aceitar uma mudança na política econômico-financeira através de um amplo entendimento com toda a sociedade”.

— Atualmente, todo mundo sabe que a crise não é só brasileira, é mundial, e está muito mais ligada à estagnação do comércio internacional, ao fechamento dos mercados e à perda acentuada nas nossas relações de trocas e ao pesado ônus das taxas de juros sobre a elevada dívida externa.